Valor Econômico | 15/09/17 | OPINIÃO

A bola da vez

Por Márcio Garcia

Em 2008, a então ministra Dilma Roussef fazia coro com o presidente Lula afirmando que o Brasil não sofreria a "maldição do petróleo" e seria capaz de evitar a perda de competitividade da indústria quando viessem os recursos provenientes da exploração do pré-sal. Provavelmente, ela antevia um futuro muito mais brilhante, mas os erros crassos de sua política energética acabaram dificultando enormemente que o Brasil aproveitasse o período de preços altos do petróleo. Durante quase cinco anos, deixou de haver rodadas de licitações de novos blocos de exploração, causando inestimável perda de recursos para o país. Este ano serão leiloados blocos que valem menos da metade do que valiam há alguns anos.

Ainda assim, os altos preços das commodities encheram os cofres públicos. Em vez de investir, gastou-se quase tudo em gastos correntes. E pior, em gastos correntes que perdurarão por décadas. Hoje, pagamos por isso. Dadas as restrições, tanto legais quanto políticas, em se reduzir gastos públicos, a crise ainda vai ter que piorar muito antes que façamos o ajuste requerido pelo descompasso entre receitas e despesas públicas.

Seria ótimo se o encarceramento de políticos corruptos, que tanto mal causaram, tivesse o condão de equilibrar o orçamento. Infelizmente, não é o caso. Vai ser preciso cortar gastos, algo com que não estamos acostumados. Corporações poderosas terão que ser forçadas a aceitar perdas salariais. Nossas universidades públicas deverão limitar a gratuidade apenas aos que não podem pagar. E o inchaço de vários setores dentro do serviço público terá que ser reduzido também via demissões, algo impensável no Brasil de hoje.

Sem reforma da previdência não teremos como evitar a explosão da dívida e a volta à inflação alta

A dinâmica que mantém esse estado de coisas é há muito conhecida. Cada interesse especial mobiliza ativamente os interessados na defesa de seu quinhão. Recentemente, a grande oposição à aprovação da TLP, a taxa de longo prazo, mostrou como mesmo a eliminação bastante gradual de subsídios escondidos a grandes empresas foi capaz de incitar pesada, ainda que moral e economicamente injustificável, reação dos setores afetados.

Já a defesa do bem comum, tem parca representação. Mesmo aqueles que, por dever de ofício, deveriam se ocupar disso, tendem a passar ao largo. Por exemplo, o Ministério Público, que tantos bons serviços tem prestado com o combate à corrupção, achou-se no direito de reivindicar um aumento salarial de 16,7%, para uma carreira com elevados salários e garantia de emprego, em meio à maior recessão da nossa história, com desemprego superando 13 milhões de cidadãos, e inflação anual rodando a 3%. Em boa hora, a decisão do STF de não aumentar os próprios salários impediu tal disparate.

Em certa medida, o mesmo jogo de pressões ocorre em qualquer democracia. O problema é que o Brasil não tem mais espaço fiscal para adiar decisões fundamentais. A principal delas, vale sempre repetir, é a reforma da previdência. Está mais do que demonstrado que nossas regras de aposentadoria são, na comparação internacional, anormalmente generosas, sobretudo com as camadas mais ricas da força de trabalho, que têm acesso à aposentadoria por tempo de serviço (em vez de se aposentarem por idade, aos 65 anos).

Em economia, como se sabe, não há nenhum benefício grátis. Qualquer benefício gera sempre custos que são pagos por outrem. Num país com enorme desigualdade de renda e riqueza, estamos bem acostumados à exploração, nem sempre correta, do conflito entre pobres e ricos. Um dos problemas da reforma da previdência é que o principal conflito subjacente não é entre pobres e ricos, mas entre velhos e jovens,



inclusive os que ainda não nasceram.

É de difícil entendimento que o privilégio de nos aposentarmos muito cedo vá ser pago precisamente por nossos filhos e netos, que estarão obrigados a trabalhar e gerar os recursos para nossas aposentadorias precoces. É muito mais fácil tentar colocar o problema na moldura do conflito entre pobres e ricos. Recebo frequentemente, via redes sociais, pseudo-análises que afirmam não haver déficit na previdência. E que a verdadeira motivação da reforma da previdência é obrigar os pobres a comprarem planos de previdência dos grandes bancos. Por mais que os números desmintam tais versões fantasiosas, o apelo que elas têm é grande. De fato, ninguém gosta de pensar que estamos estragando as chances de sucesso de nossos filhos e netos para nos beneficiarmos, mas é exatamente isso que estamos fazendo.

Vale repisar o argumento, caso algum eventual leitor ainda não saiba. Sem reforma, os gastos previdenciários continuarão a crescer rapidamente. O aumento dos gastos previdenciários terá consequências desastrosas. Caso o teto constitucional dos gastos públicos venha a ser respeitado, o governo se verá paralisado, por não poder fazer mais nada além de pagar funcionários, ativos e aposentados. Hospitais, escolas e serviços públicos essenciais pararão por falta de recursos.

Caso se derrube o teto constitucional, os gastos poderão continuar a crescer, dependendo da existência de financiamento. Inicialmente, impostos aumentarão ainda mais, mas não será suficiente. Dado que a dívida pública continuará na trajetória explosiva em que já se encontra, investidores buscarão outras alternativas, como ativos reais e estrangeiros. Tal movimento, além de causar forte depreciação cambial e alta dos juros, forçará o governo a recorrer à única outra fonte de financiamento: a inflação alta.

Será muito triste ver o país retroceder a tal ponto, mas esse cenário catastrófico está muito mais perto do que se pensa, se não conseguirmos conter o crescimento dos gastos públicos. A reforma da Previdência é a bola da vez. Não podemos deixar de encaçapá-la.

Márcio G. P. Garcia, Ph.D. por Stanford, é professor do departamento de economia da PUC-Rio. Escreve mensalmente neste espaço.

Valor Econômico | 15/09/17 | BRASIL

Despesas superam inflação no 1º semestre em 16 Estados

Por Marta Watanabe e Rodrigo Carro | De São Paulo e do Rio

Dos 20 Estados que estarão submetidos ao teto de crescimento de gastos no ano que vem por conta do acordo da renegociação da dívida com a União, 16 terminaram o primeiro semestre com alta de despesas acima dos 3% do IPCA acumulado nos 12 meses até junho. No grupo - que inclui Acre, Alagoas, Amapá, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins e Mato Grosso do Sul - os gastos subiram de 4,15% a 19%. Em 11 deles, as despesas cresceram em ritmo mais acelerado do que as receitas totais.

Os relatórios fiscais revelam piora em relação ao fim do primeiro quadrimestre, quando menos Estados - 11 dos 20 - tinham despesas crescendo acima da inflação do período, que à época acumulava 4,08%, sempre pelo IPCA.

O levantamento do Valor considerou a variação nominal da despesa primária corrente liquidada e da receita primária total de janeiro a junho de 2017. A comparação foi feita com dados de iguais meses do ano passado. Da despesa, foi deduzido o valor em transferências constitucionais e legais informados pelos entes federados. Os números baseiam-se nos demonstrativos de resultado primário apresentados ao Tesouro Nacional ou divulgados pelas secretarias de Fazenda dos Estados.

Com a desaceleração mais forte que o esperado da inflação até agosto, alguns analistas passaram a cogitar a possibilidade de uma variação em 2017 pelo IPCA muito próxima, ou até abaixo, da meta do ano, de 3%. A boa notícia para o bolso do consumidor, e para a política monetária de redução de juros, porém, acende uma luz amarela para os Estados que assinaram a renegociação da dívida com a União em junho do ano passado.

Esses Estados não estão submetidos neste ano ao controle de despesas previsto no acordo. O limite valerá apenas em 2018 e 2019, mas a inflação medida pelo IPCA em 2017 irá não somente compor a correção da base de cálculo - despesas de 2016, ou a média de 2015 e 2016 - como também será o teto para o crescimento da despesa primária corrente para esses entes. Ou seja, um inflação baixa este ano achata o teto de despesa para o ano que vem. O ritmo de crescimento de gastos em 2017 mostra, dizem analistas, a dificuldade que boa parte dos Estados deverá ter para cumprir o acordo com a União.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, diz que trabalhava com um projeção de 3,5% de IPCA para 2017. Com a desaceleração da inflação acima do previsto, diz ele, o Estado implantou esta semana novo programa de redução de custos e renegociação de contratos. Em Alagoas, segundo os dados do relatório divulgado pelo Tesouro, a despesa subiu 14,4% no primeiro semestre.

Segundo Santoro, parte dessa elevação resultou de decisão judicial que mudou a contabilização de



gastos e também de alteração pela qual o Estado passou a contabilizar um doze avos ao mês do décimo-terceiro salário dos servidores nas despesas. Fazendo o ajuste da despesa em 2016, diz o secretário, as despesas aumentaram 3,22% de janeiro a junho, ainda acima do IPCA, reconhece.

"O ritmo de despesa este ano tende a crescer, por conta da execução maior de gastos no segundo semestre, principalmente na saúde", afirma. Uma pressão adicional, diz Santoro, virá do reajuste salarial de 6% aos policiais militares concedido no mandato anterior e parcelado este ano em duas vezes: a primeira de 3%, no meio do ano, e outros 3% em dezembro.

Parte dessa despesa, diz ele, foi atenuada com a demissão de quase 900 servidores celetistas de estatais dependentes. A dispensa reduziu um pouco a folha, conta. Outra medida é o recadastramento dos inativos, na tentativa de eliminar pagamentos indevidos. A inflação menor torna a contenção de despesas difícil, afirma, mas a manutenção do acordo é imprescindível para o ajuste fiscal do Estado.

Os 20 Estados que assinaram o acordo com a União em junho no ano passado estarão submetidos ao limite de crescimento de gastos em 2018 e 2019 como contrapartida ao alongamento de 20 anos da dívida. Os governadores que assinaram o acordo foram beneficiados também com a suspensão temporária do serviço da dívida com a União, com retomada de pagamentos escalonada a partir deste ano.

Caso não consigam cumprir o teto, a punição é o pagamento dos valores pagos a menos em serviço da dívida desde o momento da renegociação e a perda da redução da parcela mensal de juros e amortização resultante do alongamento da dívida.

Em um exercício para verificar o cumprimento do teto, se a regra já estivesse valendo este ano, Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV), mostra que quatro dos Estados que assinaram o acordo - Acre, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso - não conseguiriam cumprir o teto. O cálculo leva em consideração a despesa primária corrente empenhada acumulada em 12 meses encerrados em junho. A variação foi calculada contra a despesa do ano de 2016. A base foi a despesa corrigida pela inflação de 2016, com teto estabelecido pela variação do IPCA do ano passado, de 6,3%.

Os dados mostram, diz Vilma, que neste ano a maioria dos Estados conseguiria cumprir o teto. Para o ano que vem, porém, com uma inflação bem menor, a tarefa fica mais difícil.

"No caso dos Estados, o limite será sobre a despesa primária corrente. Por isso uma variação maior dessas despesas não pode ser compensada com crescimento menor nos demais gastos, como os investimentos", explica Vilma. Ela destaca que, num prazo mais longo, os investimentos acabam gerando elevação de despesas correntes, como custeio e pessoal. "Uma creche gera despesa de investimento durante a construção, mas quando começa a operar provoca gastos de material, manutenção e pessoal."

Apesar de os Estados estarem apenas sujeitos ao limite em 2018 e 2019, diz ela, é importante que os governadores estejam alertas em relação a isso por conta da repercussão futura. "O problema maior dos Estados não é dívida, mas fluxo de caixa para pagar a despesa corrente." Os Estados que deixarem de conceder reajustes salariais, diz Vilma, poderão ter uma folga maior que permitirá elevar mais as despesas de custeio.

Em São Paulo, o secretário de Fazenda, Hélcio Tokeshi, diz que não concedeu reajustes aos servidores este ano e não sabe ainda se aumentos serão dados em 2018. O orçamento deste ano previa uma inflação de 4,5%, mas um IPCA perto de 3% para 2017 não é algo que surpreende o Estado, diz ele. "Temos usado os nossos instrumentos de controle de gastos."

Segundo técnicos da Secretaria de Fazenda, São Paulo chegou a ter despesas de custeio com queda real no último ano, o que dará folga para o crescimento dos gastos em 2018. De acordo com os relatórios fiscais, em São Paulo as despesas correntes cresceram abaixo do IPCA no primeiro semestre, com alta de 2,4% e abaixo da variação de 2,8% de sua receita primária total.

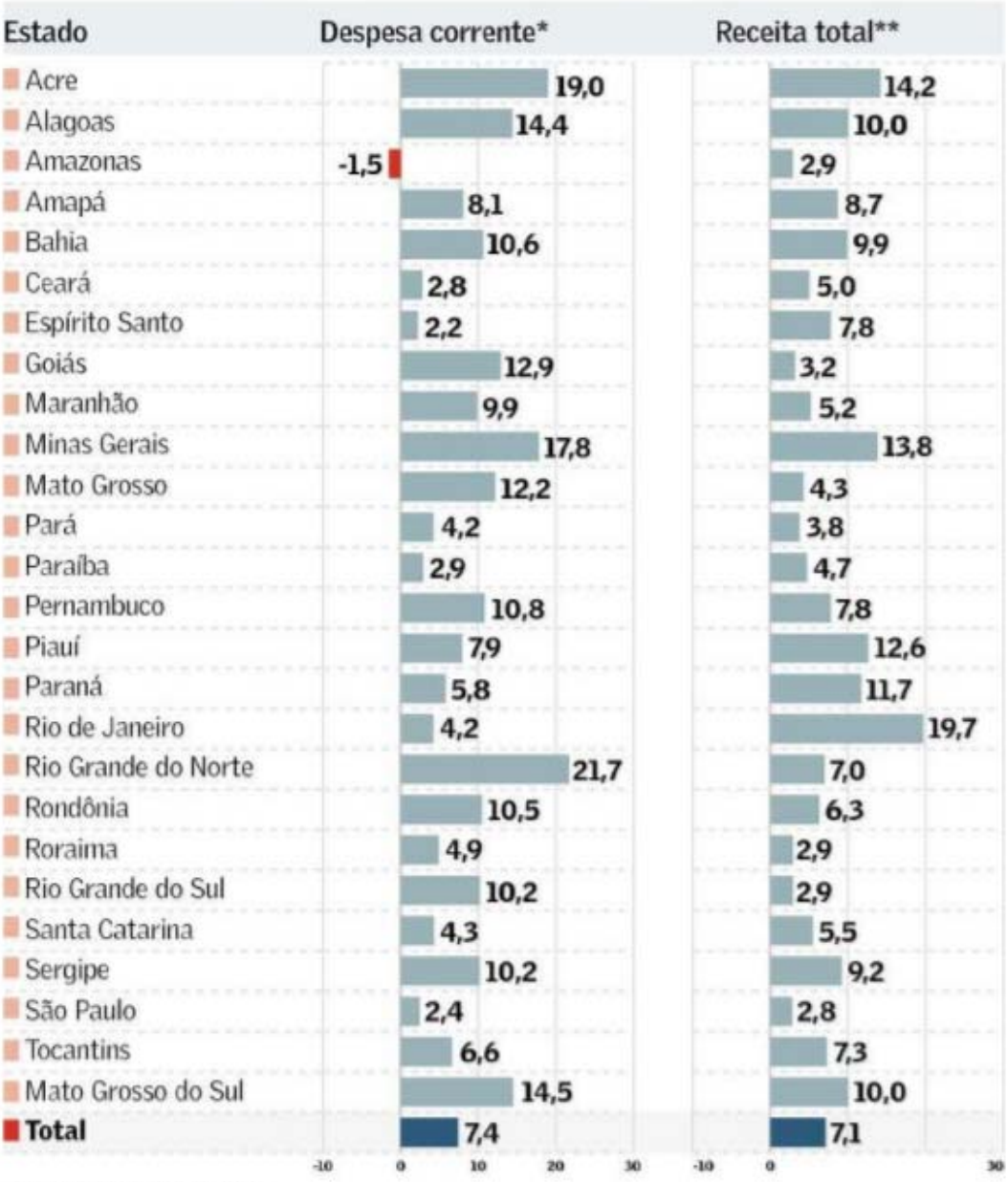
No Espírito Santo, o acordo com a União produzirá alívio financeiro de R$ 100 milhões, segundo estimativas da Fazenda capixaba. O valor representa menos de 1% Receita Corrente Líquida (RCL) estimada para 2017. Em 2018, o impacto positivo deve somar R$ 120 milhões. "[O efeito] é muito menos relevante para nós", diz o secretário de Fazenda, Bruno Funchal. "Se você faz o 'dever de casa', o benefício nunca é tão grande, o que acaba por estimular outros Estados a não fazerem [ajustes nas contas]."

No caso do governo capixaba, o ajuste mais recente teve início em 2015, com medidas como bloqueio de horas extras e redução de cargos comissionados. As despesas totais do Estado, que entre 2011 e 2014 cresceram 10% anuais em termos reais, se expandiram num ritmo mais lento (inferior a 5%) nos dois últimos anos, informa Funchal. Ainda assim, o Estado tem como principal dificuldade fiscal o equacionamento do déficit previdenciário.

Para este ano, a projeção é de que o rombo na previdência alcance R$ 1,7 bilhão, o que significaria quase 14% da RCL estimada. Na arrecadação, 2017 vem se mostrando um ano mais positivo para o Espírito Santo, principalmente por causa do aumento no montante de royalties e participações especiais de petróleo.

Gastos acelerados na maioria dos Estados

Variação nominal de despesas e receitas - jan-jun17/jan-jun16 - %



Fonte: STN e Fazendas estaduais.

*Despesa primária corrente liquidada, deduzidas as transferências constitucionais e legais; **Receita primária total

Valor Econômico | 15/09/17 | BRASIL

Diferentes visões travam a autonomia do BC

CLAUDIA SAFATLE

O Congresso e o Banco Central têm visões totalmente diferentes sobre a autonomia operacional do BC e dificilmente haverá avanços nessa área no curto prazo. A aprovação de uma lei conferindo-lhe autonomia é parte da agenda de prioridades do BC e tem sido uma das medidas defendidas com afinco pelos seus presidentes há mais de uma década. Em 2002, quando Lula já eleito convidou Henrique Meirelles para ocupar o comando do Banco Central, o hoje ministro da Fazenda colocou a autonomia como uma das principais questões do seu mandato. Não foi possível votá-la até hoje.

O argumento dos defensores da medida é que a aprovação da lei de autonomia traz muitos benefícios, tem pouco custo e nenhuma despesa pública, explicou o presidente do BC, Ilan Goldfajn, em conversa com o Valor. Os benefícios se traduziriam em queda do prêmio de risco e menos sobressaltos a cada mudança de governo.

Os parlamentares, porém, entendem que o BC já é autônomo e que a tramitação política de um projeto de lei formalizando essa condição é de alto custo. Por essa ótica "o benefício já está presente, porque o BC é autônomo de fato, mas o custo da aprovação da lei seria elevado", disse Ilan. A distância entre as duas leituras não permite que o tema avance.

Reserva de resultado corta fluxo de recursos entre BC e Tesouro

Depois da criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituirá os juros subsidiados do BNDES (a TJLP), o próximo passo legislativo do BC será o de um novo marco nas relações entre o Tesouro Nacional e o Banco Central. Dele constam a criação dos depósitos voluntários remunerados como mais um instrumento de política monetaria e da "reserva de resultado", que vai abrigar os ganhos e perdas do BC com as reservas internacionais e demais operações cambiais.

O projeto de lei foi elaborado em parceria com o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e deve ser apresentado em breve à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Em 2015, por exemplo, a valorização do dólar rendeu um ganho contábil com as reservas internacionais de R$ 260 bilhões. No ano passado, o movimento foi inverso, a desvalorização do dólar representou uma perda de R$ 324,123 bilhões. Hoje o Banco Central tem que repassar os ganhos para o Tesouro e esse tem que ressarcir o BC de suas perdas, em operações que são feitas com defasagem no tempo.

A troca de resultados contábeis, cujos valores são altos e voláteis, causa distorções e, no limite, acaba financiando o aumento do gasto primário do governo com expansão monetária, por meio de troca de fontes do Orçamento.

Se aprovada a medida, os resultados serão contabilizados na conta de reserva de resultado e esta só poderá ser usada para cobrir perdas, ou, excepcionalmente e com aprovação prévia do Conselho Monetário Nacional (CMN), para pagar dívida pública mobiliária em caso de severas restrições de



liquidez. Haverá várias outras salvaguardas para o uso das reservas.

Com os depósitos remunerados o BC ganha mais um instrumento de regulação da liquidez do mercado, ao lado das operações compromissadas (com títulos públicos) que atualmente somam mais de R$ 1,1 trilhão (cerca de 18% do PIB) com impacto direto sobre a dívida bruta. A ideia, porém, não é substituir as compromissadas, mas usar os depósitos voluntários de forma complementar, explicou Ilan.

A operação com títulos federais "tem lastro e permite que os bancos e os dealers transfiram os papéis para um fundo. No caso dos depósitos voluntários, não é tão fácil assim", disse ele.

Para o presidente do BC, "é importante termos um instrumento que não depende tanto dos títulos públicos e isso nos torna um pouquinho mais normais em relação ao restante do mundo". A rigor, o BC terá mais autonomia na gestão da liquidez e menor dependência do Tesouro.

Ilan quer submeter ao Congresso, também, o projeto de resolução bancária que trata da criação de novos instrumentos para enfrentar problemas de solvência de bancos, área que está carente de mecanismos legais desde o fim do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), em 2001.

A proposta é que dificuldades financeiras sejam resolvidas com recursos da própria instituição, de seus acionistas, grandes credores e grandes depositantes.

A discussão do projeto já tem vários anos e há pelo menos umas duzentas versões. "Todos os atores precisam estar confortáveis com a lei de resolução, que envolve questões jurídicas, fiscais (alguns bancos são públicos) e de sucessão", disse Ilan. Sobre a possibilidade de o Tesouro colocar dinheiro nos bancos, em situações mais extremas, ele comentou: "Ainda não estou completamente confortável para dizer".

Uma das novas ferramentas que o projeto de lei pretende instituir é o "bail-in" - o banco insolvente seria recapitalizado com recursos do próprio passivo. Por esse regime, as perdas são absorvidas, primeiro, com recursos dos acionistas. Se forem insuficientes, entram instrumentos híbridos de capital e dívida. Se ainda forem insuficientes, os grandes credores se tornam acionistas.

Aparentemente alheio as rotineiras turbulências políticas de Brasília, Ilan segue com disciplina a agenda do BC. São medidas que extrapolam a tarefa do Copom, de administração da taxa de juros e que, se não levam o país ao crescimento mais rapidamente, dão um melhor arcabouço institucional às políticas monetária, fiscal e de estabilidade financeira.

O deputado Efraim Filho (PB), líder do DEM, sugere ao governo focar na aprovação das medidas fiscais para 2018 - adiamento dos reajustes salariais, aumento da contribuição previdenciária dos servidores, tributação de fundos exclusivos, dentre outras - ao invés da aprovação de ampla reforma da Previdência, para a qual não tem os votos necessários. Ele admite que o Congresso pode aprovar a idade mínima para aposentadoria e receia que o governo possa não ter o que precisa para o próximo ano. Anunciadas em meados de agosto, até agora as medidas para 2018 não foram enviadas ao Congresso. Não é a crise política, ou o bombardeio de denúncias contra o presidente Michel Temer, que inviabiliza a votação da reforma da Previdência, segundo ele. "São as eleições de 2018", diz.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Valor Econômico | 15/09/17 | BRASIL

Uso de ações pelo BNDES para pagar Tesouro pode elevar dívida líquida

Por Ribamar Oliveira e Murillo Camarotto | De Brasília

A proposta defendida pela direção do BNDES - usar ações para antecipar o pagamento de empréstimos ao Tesouro - não ajuda o governo a cumprir a "regra de ouro" do Orçamento neste e no próximo ano, um dos objetivos da área econômica, explicaram ontem ao Valor fontes oficiais. Além disso, acrescentaram, a operação não é neutra do ponto de vista fiscal, pois eleva a dívida líquida do setor público.

A "regra de ouro" do Orçamento prevê que o governo só pode emitir títulos públicos em montante igual às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras, juros e amortizações). Como a União vem registrando seguidos e elevados déficits primários, corre o risco de emitir títulos em volume superior às despesas de capital. O governo usou, em 2016, e pretende usar neste e no próximo ano os pagamentos antecipados do BNDES para abater a dívida e assim não ferir a "regra de ouro".

Ao receber as ações do BNDES, o Tesouro teria que vendê-las em mercado, mas não poderia fazê-lo de imediato e em montantes elevados, pois isso iria derrubar as cotações das ações. Assim, não teria os recursos de que precisa para abater a dívida.

Outra fonte explicou que a operação proposta pela direção do BNDES tem impacto fiscal, pois aumenta a dívida líquida do setor público. O empréstimo concedido ao BNDES é um haver financeiro do Tesouro e usado no cálculo da dívida líquida. As ações, por sua vez, não são computadas nas estatísticas do Banco Central como ativo financeiro. Se, em vez de fazer o pagamento antecipado dos empréstimos com títulos ou em dinheiro, o BNDES utilizar ações, os haveres financeiros do Tesouro junto ao banco estatal diminuirão. Por isso, a dívida líquida aumentará.

A dívida líquida é a diferença entre os débitos existentes e os haveres financeiros. Um aumento da dívida é considerado déficit pela metodologia do Banco Central.

Em dezembro de 2016, o BNDES antecipou o pagamento de R$ 100 bilhões. Do total, R$ 40 bilhões foram pagos em títulos e R$ 60 bilhões em dinheiro, segundo dados do Tesouro. O dinheiro recebido foi usado para abater a dívida e ajudou o governo a cumprir a "regra de ouro" naquele ano.

Fontes consultadas pelo Valor acreditam que as alternativas apresentadas pelo BNDES à proposta de antecipação do pagamento de R$ 180 bilhões revelam o desejo de não reduzir o caixa da instituição. "Eles não querem antecipar o pagamento e procuram saídas", disse uma fonte.

Nos contratos dos empréstimos feitos pelo Tesouro com o BNDES existe uma cláusula que permite ao banco antecipar o pagamento da dívida. A pretensão precisa ser apresentada pela direção do banco ao ministro da Fazenda. O Tesouro não pode tomar a iniciativa de propor a devolução. Essa particularidade formal mostra que se a direção do banco não concordar com a iniciativa, poderá criar dificuldades ao governo.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por sua vez, ainda não têm clareza sobre a legalidade do eventual uso de ações pelo BNDES para antecipar o pagamento. A área técnica do TCU acredita que o uso de ações pode ter uma série de "implicações" ainda não devidamente avaliadas. Na área econômica, existem também dúvidas sobre o amparo legal da estratégia do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Valor Econômico | 15/09/17 | BRASIL

Para Rabello, não há 'impedimentos legais'

Por Francisco Góes e Juliana Schincariol | Do Rio

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, indicou que a troca de títulos entre a instituição de fomento e o governo federal pode ser uma alternativa à devolução dos R$ 180 bilhões pedidos ao banco pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Perguntado se a troca de títulos é alternativa em estudo, Rabello respondeu: "Sim. A palavra devolução parece ser despropositada, pode até ocorrer em pequena parcela. Uma alternativa, para não baixar ativo e passivo, é um ativo que fica aqui [no banco] para ser trocado por outro que dê capacidade ao governo de usar o valor recebido." Avaliou que não haveria impedimentos legais para fazer essa troca. "Economicamente [a troca] é mais bem arrumada. Em decorrência da troca, [o governo] consegue abater recursos para abater dívida", afirmou.

Rabello questionou os efeitos para a instituição de uma "mera" devolução de recursos ao Tesouro. "O governo nos enviou uma carta que merece toda consideração, porque o BNDES é parte do governo, e pediu que estudássemos uma eventual devolução. Uma devolução com esse nome - mera devolução -, reduzindo o ativo caixa [do BNDES] e também reduzindo o passivo, não é a solução mais inteligente, no sentido que diminui o tamanho e as características emprestadoras do banco."

O presidente do BNDES diz que o banco precisa ter condições de emprestar em momento de retomada da economia. "Gostaríamos, nesta fase de retomada dos investimentos e empregos, de preservar a saúde financeira [do banco], da qual faz parte caixa prudencial, e estarmos preparados para, em 2018, com mais investimentos sendo demandados em termos de financiamento, sermos capazes de atender." Disse que o BNDES está fazendo estudos para tentar conciliar a necessidade do governo com os requisitos do banco.

Afirmou que os R$ 180 bilhões pedidos se inserem na linha de um "relacionamento negocial" dentro do próprio governo. "O governo olhou para o caixa [do BNDES] e copiou [quase integralmente] o número [em caixa]. O montante de R$ 180 bilhões é só inicio de conversa. Examinamos a possibilidade de manter a capacidade de resposta ao investimento e darmos satisfação ao governo, que tem de cumprir a regra de ouro."

O GLOBO | 15/09/17 | RIO

Governo do Rio promete pagar hoje a parte do funcionalismo

Mais de 113 mil servidores ainda não sabem quando vão receber agosto

O governo do estado anunciou ontem que os servidores ativos, inativos e pensionistas que recebem até R$ 2.052, de todas as categorias, vão ter os salários depositados hoje. De acordo com a S ecretar ia estadual de Fazenda, vão receber os vencimentos integrais de agosto os funcionár ios ativos da Educação e do Degase, além dos ativos, aposentados e pensionistas da Segurança (policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários e o pessoal lotado nas secretarias de Segurança e Administração Penitenciária e em órgãos vinculados). Os servidores da Fazenda, do Proderj e do Planejamento também vão ter os salários creditados de forma integral. Ao todo, 75,5% dos funcionários do estado receberão hoje. Em nota, a Secretaria de Fazenda afirma que "anunciará posteriormente quando se dará um novo depósito para o funcionalismo que não receberá os vencimentos".

Ao todo, 113.626 mil pessoas não serão pagas hoje. O estado informou que não há data para quitar os salários deste grupo. Segundo o governo estadual, será depositado o valor líquido de R$ 1,107 bilhão para 350.322 ativos, inativos e pensionistas. Os vencimentos de agosto pendentes totalizam R$ 486,7 milhões. O valor líquido da folha do Executivo é de R$ 1,6 bilhão. O pagamento dos servidores ativos da Educação e do Degase será efetuado com recursos do Fundeb. Já os depósitos da Segurança e dos ser vidores que têm vencimento líquido de até R$ 2.052 serão feitos com recursos do Tesouro Estadual. Os salários serão depositados ao longo do dia, mesmo após o fim do horário bancário.

EM BUSCA DE EMPRÉSTIMO

Na semana passada, o secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, afirmou que, apesar da assinatura do Regime de Recuperação Fiscal, o pagamento dos salários de agosto dos servidores ainda não estava garantido, porque o dinheiro do acordo firmado com a União só deve estar disponível no fim deste mês ou no começo de outubro. Barbosa afirmou ainda que não poderia dar certeza sobre a regularização dos salários de setembro. O secretário explicou que, com a homologação do acordo, o estado está negociando um empréstimo de R$ 3,5 bilhões junto a instituições financeiras. Com esses recursos, o governo pretende regularizar a folha mensal de salários e quitar o 13º. O governo informou ainda que o valor obtido com a venda da folha de pagamentos, de R$ 1,317 bilhão, foi usado para quitar atrasados até agosto.

O GLOBO | 15/09/17 | ECONOMIA

Temer vai centralizar anúncios positivos

Medida é tentativa de valorizar melhora na economia em meio à crise política

Gabriela Valente e Martha Beck

-Brasília -- O Palácio do Planalto montou uma estratégia para tentar evitar que a crise política, agravada pela segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer, contamine a economia. A ideia é centralizar em Temer a comunicação das melhoras nos indicadores econômicos. Anúncios positivos serão feitos no Planalto.

Temer pediu a assessores um compilado dos principais avanços econômicos do seu governo. O documento será usado em todos os eventos públicos para reforçar a ideia de que o país melhorou após a troca de governo. Batizado internamente de "Pare e Compare" o documento confronta vários dados do governo da ex-presidente Dilma Rousseff com os números atuais.

TEMER QUER CITAR ATÉ SAFRA

No topo da lista está a inflação, que caiu de 9,28% no acumulado de 12 meses até abril de 2016, para 2,46% no período encerrado no mês passado. Os juros básicos recuaram de 14,25% ao ano para 8,25% ao ano. A produção industrial passou de retração de 9,8% para alta de 0,8%. Temer tentará frisar que os avanços ocorreram em apenas 16 meses.

A produção de automóveis, por exemplo, saiu de queda de 24,3% para alta de 25,5%. Já a safra de grãos saltou de 185 milhões de toneladas para 241 milhões de toneladas, graças a fatores climáticos. Na mesma linha de exaltar o próprio sucesso, o presidente deve citar ainda a melhora do saldo da balança comercial, a volta do emprego — mesmo que na informalidade —, o aumento do investimento estrangeiro direto, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a alta da Bolsa e o lucro de empresas estatais.

Outro ponto que ele quer salientar é a queda do risco Brasil. Em janeiro de 2016, quando Dilma Rousseff ainda estava no poder, o índice era de 544 pontos. Atualmente está em 259 pontos. Ou seja, o país tem um risco 52,4% menor. — O Presidente pediu um papel com números da economia. Na cerimônia no Planalto e ontem no café da manhã, ele já usou. Ficou bem claro e fácil de usar — disse uma fonte.

Temer avalia, segundo assessores próximos, que os números vieram bem melhores do que esperava. Um dos exemplos citados é o PIB do 2° trimestre, que superou as expectativas da equipe econômica.

Até mesmo medidas esperadas, como a sanção de leis, passarão a ser comunicadas pelo Planalto. A presidência não permitiu, por exemplo, que o Ministério do Planejamento informasse que a alteração da meta fiscal de 2017 e 2018 já foi assinada por Temer, o que ocorreu na quarta-feira. Como a mudança da meta foi considerada uma vitória para o governo, ela também entrou na lista de itens que o presidente quer anunciar.

FOLHA DE SÃO PAULO | 15/09/17 | EDITORIAL

Lula e a simulação

Difícil imaginar como aquele senhor crispado, irritadiço, poderia se dirigir ao eleitorado na disputa de 2018 ao Palácio do Planalto.

Nos vídeos do depoimento de duas horas ao juiz Sergio Moro, nesta quarta-feira (13), viu-se Luiz Inácio Lula da Silva em posição defensiva rara na impressionante carreira do cacique petista.

Ali estava um ex-presidente já condenado, em julho, a nove anos e seis meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro —Moro o considerou culpado de receber propina da construtora OAS, na forma do célebre apartamento tríplex no litoral paulista.

Respondendo desta feita à acusação de ter sido beneficiado de modo ilícito com outros mimos imobiliários, pela Odebrecht, Lula teve de contestar, pela primeira vez, um relato feito à Justiça por um nome da cúpula do partido.

Abriu-se, dessa forma, fissura de dimensões até então nunca vistas no PT, sempre fiel a seu líder máximo e ao discurso de que as alegações de corrupção não passam de conspirata das elites nacionais.

O ex-ministro Antonio Palocci, segundo o qual Lula e Odebrecht pactuaram em 2010 propinas de R$ 300 milhões, foi descrito como "um simulador": "Ele é capaz de simular uma mentira mais verdadeira que a verdade". Na réplica da defesa de Palocci, "dissimulado" seria o ex-presidente.

Ambos têm boa dose de razão. Cada um a seu modo, os dois personagens já deram fartas demonstrações de habilidade no manejo das afirmativas ambíguas, enganosas ou contraditórias.

Exemplo clássico é o da "Carta ao Povo Brasileiro", publicada sob influência de Palocci na primeira campanha presidencial vitoriosa de Lula —o documento prometia preservar a política econômica tucana, sem desautorizar de forma explícita as teses de oposição.

A parceria entre o simulador e o dissimulado permitiu ao primeiro governo lulista conciliar retórica de ruptura e prática ortodoxa, vital em um momento de crise. Trata-se de feito de reprodução muito improvável nos dias de hoje.

Por falta de alternativas, os petistas retornaram à pregação sectária contra as reformas e os inadiáveis ajustes no Orçamento. Rejeitam a responsabilidade não só pelos desvios bilionários mas também pela recessão brutal, decorrente de seus erros clamorosos na administração do país.

Com ou sem Lula, que corre o risco de ficar inelegível se condenado em segunda instância, o caminho para o centro —quase inevitável em um pleito de dois turnos— estreitou-se sobremaneira. Há tempo até 2018, mas hoje o partido parece refém de uma candidatura de negação e enfrentamento.

O ESTADO DE S. PAULO | 15/09/17 | ECONOMIA

Governo abre mão de R$ 283 bi em incentivos fiscais no Orçamento de 2018

Contas públicas. No cálculo da Receita Federal estão recursos que a União deixa de arrecadar por causa de benefícios como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus; valor supera em quase 80% o rombo esperado para o ano que vem, de até R$ 159 bi

Lorenna Rodrigues
Eduardo Rodrigues

As políticas de incentivos e benefícios fiscais custarão ao governo R$ 283,4 bilhões em 2018, de acordo com projeção da Receita Federal. O valor é maior do que o rombo fiscal do próximo ano, cuja meta foi fixada em um déficit de até R$ 159 bilhões. A crítica de especialistas é que algumas dessas políticas criam privilégios e geram distorções, beneficiando quem ganha mais. O tamanho da renúncia é calculado pela Receita Federal e será enviado hoje ao Congresso para compor o Orçamento de 2018. Entram na conta do chamado gasto tributário benefícios que vão desde o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus até o que o governo deixa de arrecadar com isenções do Imposto de Renda e benefícios concedidos a setores específicos da economia, como automóveis, semicondutores e indústria cinematográfica. Para o chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias, a cifra reforça a necessidade de discutir a eficiência do gasto público.

"Todas as políticas públicas (que recebem incentivos fiscais) têm uma razão de ser. Cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos ministérios setoriais avaliarem a eficiência delas", afirmou. A maior renúncia é com o Simples Nacional, em que as empresas recolhem tributos de maneira unificada e com alíquotas mais baixas, que representam um "custo tributário" de R$ 80,7 bilhões.

Criado em 2006, o Simples beneficia micro e pequenas empresas com o recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia. A alíquota varia conforme a receita bruta anual. Já o segundo maior gasto tributário é o que o governo deixa de arrecadar com rendimentos isentos e não tributáveis, entre eles o pagamento de lucros e dividendos a sócios de empresas e benefícios como auxílio moradia e alimentação pagos a servidores públicos. A renúncia com essa rubrica chegará a R$ 27,1 bilhões no próximo ano. Outros R$ 17,4 bilhões deixarão de ser arrecadados com as deduções de despesas no Imposto de Renda, como o abatimento de gastos com saúde e educação.

"Por um lado, é positivo poder abater essas despesas nobres, que de certa maneira desafogam os serviços públicos. Por outro, quem consegue abater esses custos é justamente quem tem renda maior. Ou seja, os ricos acabam contribuindo menos", afirma o especialista em finanças públicas da Tendências Consultoria, Fabio Klein. As isenções para entidades sem fim lucrativos representarão uma renúncia de R$ 23,6 bilhões. Nesse guarda-chuva estão igrejas, clubes esportivos e partidos políticos. Também pesam na conta benefícios para setores específicos, como o automotivo, cuja renúncia estimada em 2017 é de R$ 2,3 bilhões.

O ESTADO DE S. PAULO | 15/09/17 | ECONOMIA

Rabello questiona ordem do governo

Presidente do BNDES diz que devolver R$ 180 bi 'não é solução mais inteligente'

Vinicius Neder / RIO

Pressionado a devolver antecipadamente R$ 180 bilhões dos empréstimos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o Tesouro Nacional entre o fim deste ano e 2018, o presidente da instituição de fomento, Paulo Rabello de Castro, voltou à carga ontem contra a equipe econômica. Segundo o executivo, o banco não é o responsável por "escangalhar" as contas públicas. Rabello disse que negociará com o governo o valor final da devolução – confirmando que uma parte poderá ser feita com uma troca de ativos, que poderia incluir ações da Petrobrás, como antecipou o Broadcast/Estadão anteontem. Ele voltou a fazer críticas à mudança na taxa de juros que rege os empréstimos do BNDES e chegou a defender o crescimento dos financiamentos nos governos do PT. Na semana passada, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento mandaram ofício ao BNDES pedindo formalmente a devolução de R$ 50 bilhões este ano e de mais R$ 130 bilhões em 2018. O objetivo é reduzir a dívida pública bruta e cumprir a chamada "regra de ouro", que impede a emissão de novas dívidas para financiar despesas correntes.

Nos últimos anos, o Tesouro repassou recursos bilionários ao BNDES como forma de engordar o caixa do banco e ampliar os financiamentos. Segundo Rabello, o valor de R$ 180 bilhões no pedido dos ministérios ao BNDES "está na linha de um relacionamento negocial dentro do próprio governo". "O governo olhou para o caixa (do BNDES) e copiou o número, mas todo mundo sabe que não podemos ficar sem o 'caixinha' para comprar leite, pão e o jornal do dia seguinte", afirmou o presidente do BNDES, após seminário da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE). Erro. Para Rabello, a devolução "não é a solução mais inteligente", porque diminui o BNDES. "Nessa fase de retomada dos investimentos e, principalmente, dos empregos, a principal missão do banco é preservar sua saúde financeira e estar preparado para 2018, com mais investimentos sendo demandados." Mais cedo, em palestra no evento, o executivo eximiu o banco de culpa pela crise fiscal e pela recessão na economia.

"Não é o BNDES, com a taxa de fomento, que está escangalhando as finanças do País, impedindo que a taxa de juro caia. Vamos acordar! É a base do pacto de ociosidade deste País que nos impede de crescer." O "pacto de ociosidade", explicou, formado pelo excesso de gastos com custeio, como salários e Previdência, é responsável pelos desequilíbrios fiscais. Já a "taxa de fomento" é o subsídio implícito, provocado pelo fato de o governo pagar juro maior nos títulos que emitiu para aportes no BNDES – foram cerca de R$ 450 bilhões, de 2009 a 2014 – do que as taxas cobradas nos empréstimos oferecidos pelo banco. Nesse ponto, as divergências, já expostas em outras ocasiões, com a ala da equipe econômica capitaneada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e pelo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, ficam claras.

Para Rabello, a elevação da "taxa de fomento" se deu porque a taxa Selic do BC subiu, e não porque o juro do BNDES, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), ficou abaixo dela. Equiparar o juro do BNDES à Selic é o objetivo da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituirá a TJLP a partir de janeiro. Meirelles e Ilan vêm defendendo a medida para reduzir o subsídio implícito e, assim, permitir que o BC fixe juros mais baixos. Rabello lembrou que a nova taxa levará cinco anos para entrar em vigor, após período de transição, e a mudança de nada adiantará se a confiança na economia não retornar. O presidente do BNDES também defendeu os aportes de R$ 450 bilhões feitos nos governos do PT. Segundo Rabello, o crédito ajudou, sim, o País a sair rapidamente da recessão de 2008 e 2009.